
A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

Social inclusion for children with visual impairment in the initial grades of primary school: concerns and hopes

Claudiana Raymundo dos Anjos
Reginaldo Célio Sobrinho
Christiano Felix dos Anjos
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória-Brasil

Resumo

Objetivamos problematizar a dinâmica de inclusão escolar de crianças com deficiência visual por meio dos dados estatísticos relativos ao fluxo de matrículas dessa população em escolas estaduais de Educação Básica, localizadas no município de Vila Velha/ES dos anos de 2008 a 2018. O estudo, é de natureza quali-quantitativa delimitada enquanto uma pesquisa documental. Para o tratamento e organização dos microdados fornecidos pelo Inep, utilizamos o software SPSS. Nossas reflexões, estão baseadas nos constructos da Sociologia Figuracional de Elias (1994, 2001) em diálogo com a literatura que versa sobre o direito das crianças à educação escolar. Os dados indicam a necessidade de trabalharmos pelo prosseguimento nos estudos, como garantia de direito à Educação implicando necessariamente, uma cuidadosa (re)visão de concepções relativas ao processo de inclusão escolar dessas crianças.

Palavras-chave: Educação Especial; Deficiência Visual; Fluxo de matrículas.

Abstract

Our aim is to problematize the dynamics of school inclusion for children with visual impairments through statistical data on the flow of enrolments of this population in state schools of Basic Education, located in the municipality of Vila Velha/ES from 2008 to 2018. The study is of a qualitative-quantitative nature and is designed as documentary research. We used SPSS software to process and organize the microdata provided by Inep. Our reflections are based on the constructs of Elias's Figurational Sociology (1994, 2001) in dialog with the literature on children's right to school education. The data indicates the need to work towards continuing studies as a guarantee of the right to education, which necessarily implies a careful (re)vision of conceptions relating to the process of school inclusion for these children.

Keywords: Special Education; Visual Impairment; Enrollment flow.

1 Introdução

No Brasil, a história da escolarização de crianças na pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem se destacado por uma presença tardia. Inicia-se de forma precária, no final do século XIX, com a abertura das primeiras instituições e, desde sua origem, apresenta uma dicotomia nas concepções de educação que justifica a distinção entre os processos educativos destinados às crianças de elite e às crianças de populações pobres (Ferreira, Cury, 2010).

Ainda assim, durante quase todo o século XX, a educação dessas crianças não teve visibilidade política institucional, haja vista a ausência do atendimento educativo a essa população. Somente na década de 80 esse quadro sofreu alteração e a educação, ainda que marcada por longos e intensos debates na nova Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, passa a ser reconhecida como um direito social, fundamentada na compreensão de que somente por meio do envolvimento efetivo no processo educativo é que o indivíduo pode exercer uma cidadania mais ativa e participativa. Não por acaso, toda a legislação infraconstitucional editada posteriormente referendou o direito à educação e a obrigatoriedade do ensino como princípios basilares da atuação estatal (Ferreira, Cury, 2010).

Assim, nas décadas finais desse mesmo século, ganharam evidência as reivindicações da sociedade brasileira por uma maior responsabilidade do Estado relativamente a ampliação e a garantia do direito à educação. Nesse cenário, a Educação Infantil (EI), bem como o processo de escolarização de crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, logrou espaço em legislações que, crescentemente, especificavam os modos pelos quais a obrigatoriedade escolar deveria ser materializada. Em acréscimo, é inecessário chamar a atenção para um marco importante sobre a inclusão do público-alvo da Educação Especial que se iniciou com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, onde foi elaborada a “Declaração de Salamanca” disponível em 1994 e reeditada em 1997, como forma de ampliar as discussões iniciada na Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (1990).

Nos anos recentes, a demanda pela ampliação e universalização do atendimento educacional às crianças ocupou o debate público e, por meio da Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009, o Artigo 208 da Constituição Federal teve sua redação alterada, passando a vigorar os seguintes termos:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Brasil, 2009, s.p).

Sem perder de vista outras questões importantes, a ampliação da obrigatoriedade escolar (conforme estabelecida pela Emenda Constitucional 59), articulada à luta pelo aumento de recursos públicos para a educação nacional pública e à luta pela garantia de qualidade social na educação ofertada, constituíram pauta importante no processo de elaboração e de aprovação dos novo Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005), com vigência por dez anos (Brasil, 2014).

Ao analisar a agenda da EI nas metas e estratégias definidas pelo PNE, Côco *et al.* (2015, p.81) evidenciam que “[...] a incorporação da faixa etária de 4 e 5 anos na educação obrigatória mobiliza empreendimentos por parte do poder público em apressar a universalização, assegurando um primeiro passo na garantia do direito à educação” (Côco *et al.* 2015, p. 81).

Com esse apontamento, as autoras defendem como agenda prioritária da EI para a próxima década o desenvolvimento de debates mais sistemáticos sobre as condições atuais de oferta e de atendimento educacional às crianças, atentando-se para a qualificação desse atendimento (Côco *et al.* 2015).

A partir desses destaques iniciais, evidenciamos que o período entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental constitui uma etapa importante no processo educativo-formativo das crianças. Daí a pertinência de produções acadêmicas que problematizem o estabelecimento de políticas de Estado que, assegurando o direito à educação, respondam adequadamente, e de maneira mais qualificada, às demandas educativas das crianças. Isso posto, neste estudo, objetivamos problematizar a dinâmica de inclusão escolar de crianças com deficiência visual por meio dos dados estatísticos relativos ao fluxo de matrículas dessa população em escolas estaduais de Educação Básica, localizadas no município de Vila Velha/ES dos anos de 2008 a 2018.

Tratando-se de crianças com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento, parece-nos absolutamente relevante o desenvolvimento de estudos que

A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

tematizem a materialização de políticas públicas para a infância, focalizando, especialmente, o direito à educação e a obrigatoriedade do ensino.

Levando em consideração os principais resultados das investigações que desenvolvemos no âmbito do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais”, observamos a pertinência de debates e de estudos mais sistemáticos sobre a garantia de condições objetivas para/na realização do fazer docente nas etapas de ensino que compõem a Educação Básica. Referimo-nos, por exemplo, ao debate sistemático sobre a disponibilização de tecnologias de informação e da comunicação que contribuam para o trabalho escolar; a garantia de atividades complementares e/ou suplementares para os estudantes; a oferta de recursos, de materiais e de serviços específicos que enriqueçam e qualifiquem os processos de ensino e de aprendizagem.

Ocupando-nos dessas considerações, destacamos que este estudo se configura como desdobramento e aprofundamento de uma reflexão realizada a partir de um texto publicado no VII Seminário Nacional de Educação Especial XVIII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva realizado no ano de 2022 no Espírito Santo, onde tivemos como analisar as práticas escolares e pedagógicas do/a professor/a de arte junto a estudantes com deficiência visual. Essa temática tem seu delineamento pautado na literatura que problematiza questões relativas à situação profissional dos docentes e suas implicações na qualidade do ensino ofertado pela/na Educação pública Brasileira.

2 Metodologia

No cumprimento do objetivo proposto neste estudo, realizamos uma pesquisa documental de natureza quali-quantitativa, caracterizada pelo uso de fontes primárias para coletar e reunir informações acerca de um objeto de estudo (Marconi; Lakatos, 2007). Como fonte de dados, trabalhamos com os microdados de matrícula do censo escolar dos anos de 2009 a 2018 fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.

Cumprir destacar que os microdados expressam os dados brutos do censo escolar fornecidos anualmente. O censo escolar se apresenta como uma das bases de dados importante no que se refere a questão de pensar em políticas públicas educacionais, bem como para compreender como vem se dando a dinâmica de acesso da população ao sistema de ensino (Anjos, 2016).

Para tratamento e organização dos microdados, utilizando-nos do software *IBM Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* sugerido pelo próprio Inep e buscamos no estado do Espírito Santo e no município de Vila Velha/ES o número total de matrículas, mais especificamente, o quantitativo de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial, entres eles os estudantes com deficiência visual.

Para essa busca, utilizamos as variáveis fornecidas pelo censo educacional, quais sejam, necessidade especial, etapa de ensino, cegueira e baixa visão. Evidenciamos que as reflexões e problematizações trazidas ao longo desta pesquisa estão baseadas nos constructos da Sociologia Figuracional elaborada por Norbert Elias (1994, 2001) em diálogo com a literatura que versa sobre a escolarização de crianças nas etapas de ensino, Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3 Referencial Teórico

Norbert Elias, no decorrer de seus estudos, desenvolveu uma perspectiva sociológica denominada Sociologia Figuracional ou Processual, que busca compreender como e por que os indivíduos, ligados entre si numa dinâmica específica, constituem figurações que estão em permanente processo de constituição e de transformação. A sociologia figuracional ou processual diz respeito, então, ao estudo das relações humanas na sua processualidade, tomando por referências as análises micro e macrossociais nos/dos fenômenos (Elias, 1994).

É importante destacar que figuração social é um conceito fundamental nos constructos eliasianos. Ela pode ser compreendida como um agrupamento de pessoas e grupos que estão em um constante fluxo aberto, este sendo balizado por tensões e pelo equilíbrio de poder vivido entre indivíduos e grupos (Elias, 2000).

Nessa direção, compreende-se que as figurações sociais podem sofrer diversas mudanças, algumas rápidas e outras mais lentas e profundas, e é nessa perspectiva que “[...] as sociedades permanecem em aberto, tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro, elas não estão determinadas e não são, de maneira alguma uma fatalidade” (Sobrinho, 2009, p. 25).

Weiler (2011) colabora nessa nossa compreensão ao enfatizar que os estudos de Norbert Elias estiveram baseados na tentativa de compreender o desenvolvimento humano em longa duração, e nesse movimento entender as mudanças em longo prazo que interferem diretamente no comportamento do indivíduo, ao mesmo tempo que resultam de uma construção social permanente da/na qual o indivíduo participa. Nesses processos históricos

A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

de longa duração que ocorrem de modo recíproco, os termos sociogênese (mudança na sociedade) e psicogênese (mudança no indivíduo) também se configuram como elementos importantes na perspectiva da Sociologia Figuracional ou Processual.

Em Elias podemos compreender a sociogênese e psicogênese como facetas articuladas/imbricadas do processo de longa duração histórica que delinea as mudanças de comportamento dos indivíduos. Barbosa (2003), nos ajuda a compreender esses dois conceitos com a seguinte afirmação:

[...] os termos psicogênese e sociogênese se referem a dois processos que ocorrem de modo recíproco no interior dos processos históricos de longa duração e vão se relacionar a mudanças no comportamento dos indivíduos que vão se amoldando e se modificando de acordo com a mudança dos fatos históricos e sociais, empreendidas no interior das sociedades (Barbosa, 2003, p. 1).

Dada essa concepção, compreendemos a sociogênese e psicogênese como mudanças sociais que interferem diretamente no autocontrole do indivíduo, delineando, assim, seu comportamento, suas ações e suas interações em/nas diferentes figurações sociais que ele constitui com os outros.

No próximo item trazemos o fluxo de matrículas de estudantes com deficiência visual na rede estadual do Espírito Santo. Em seguida, apresentaremos o município de Vila Velha, evidenciando os dados de matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial desse município, focalizando os dados de matrícula dos estudantes com deficiência visual.

4 Indicadores educacionais da Educação Especial no Espírito Santo: desafios emergentes e perspectivas futuras

Localizado na região sudeste do Brasil, o estado do Espírito Santo possui 78 municípios. Sua capital é Vitória e a cidade com maior população e extensão é Serra. Segundo estimativas do ano de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o estado conta com uma população de 3.833.486 de habitantes.

No contexto educacional, os anos recentes evidenciam um crescimento do número de matrículas de estudantes, bem como do número de matrículas de estudantes que compõem o público-alvo da Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Parece-nos oportuno destacar que na perspectiva da Educação Inclusiva exposta no Plano Nacional de Educação Especial – PNEE é definido como público-alvo da Educação

Especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Fundamentado na Política Nacional de Educação Especial que reconhece a Educação Especial como uma “modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades” (Brasil, 2008), esses estudantes passaram a frequentar a escola de ensino comum podendo contar com o Atendimento Educacional Especializado – AEE, realizado no contraturno em salas de recursos multifuncionais em escolas de ensino comum ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) públicos ou privados, oportunizando, assim, ao aluno com deficiência, uma plena e possível aproximação dos conteúdos trabalhados no contexto escolar.

A partir destas colocações, apresentaremos a seguir os dados de matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial e de alunos com deficiência visual, conforme mencionamos já mencionado. No que diz respeito à dimensão temporal, reiteramos que foram evidenciados os movimentos dos indicadores de matrícula a partir do ano de 2009, compreendendo a implementação da PNE, até o ano de 2018, levando em consideração os dados censitários atuais.

Tabela 1: Número total de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial do ES – Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ed. Infantil	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E.F. Anos Iniciais	657	1.021	1.259	1.319	1.197	1.272	1.312	1.121	1.219	1.194
E. F. Anos Finais	330	621	1.021	1.097	1.347	1.550	1.718	1.721	2.249	2.926
EJA (Todas as etapas de Ensino)	235	384	406	407	487	506	524	380	551	699

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Observando a sessão história, sistematizada na tabela 1, percebemos que a expansão escolar, assumida como política pública nas décadas finais do século XX, se mantêm no curso do século XXI, tanto nas duas primeiras etapas da Educação Básica quanto na Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com os dados da tabela 1, constata-se que o número de alunos com deficiência matriculados na Educação Básica aumenta ano a ano no período, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, verificamos que o

A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

crescimento no número de matrículas se mantém no período de 2011 a 2015, sofrendo uma discreta redução nos dois anos seguintes (2016 e 2017). O cotejamento dos dados também mostra uma redução no número de matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, expressa nos anos de 2013 e 2016.

Embora tenha ocorrido uma discreta redução nos anos citados, os dados mais atuais (2017 e 2018), apresentam um aumento de 8,7% no ano de 2017 e, no ano de 2018, o percentual de aumento chega a 6,5%. Em relação ao total de matrículas, vale destacar que no Espírito Santo o sistema estadual de ensino vem assumindo o desafio de garantir às crianças pequenas o acesso à instituição escolar. Mesmo com o processo de municipalização que prevê a divisão de atribuições/atividades educacionais entre estados e municípios.

Na tabela 2, apresentamos os dados relativos ao número total de matrículas de alunos com deficiência visual na rede estadual do estado do Espírito Santo no período de 2009 a 2018.

Tabela 2: Número total de matrículas de alunos deficientes visuais (cegueira e baixa visão) no estado do Espírito Santo - Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ed. Infantil	Cegueira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E.F. Anos Iniciais		12	10	20	10	9	11	4	5	5	5
E.F. Anos Finais		12	12	8	13	10	3	10	14	13	11
EJA (todas as etapas de ensino)	Baixa Visão	13	19	10	9	14	9	11	8	8	12
Ed. Infantil		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E.F. Anos Iniciais		87	78	131	59	49	57	43	38	78	60
E.F. Anos Finais		58	92	126	87	106	96	104	91	143	172
EJA (todas as etapas de ensino)		27	40	40	35	37	30	30	15	75	71

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela 2 nos permitem observar que no Espírito Santo o número de matrículas de alunos com deficiência visual (baixa visão e cegueira), nos anos

analisados, tem apresentado um crescimento, principalmente quando consideramos todas as etapas de ensino.

Conforme legislação, compõem o público dos deficientes visuais aquelas pessoas que não enxergam até aquelas que só enxergam a menos de vinte metros. Em termos legais:

Art. 5º [...] c) cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Brasil, 2004, s.p, grifo nosso).

Desse modo, a população caracterizada com deficiência visual se constitui de pessoas cegas e de pessoas com baixa visão. Melo (2016) ressalta que a baixa visão está “[...] relacionada com o grau de dificuldade que cause incapacidade e diminua o desempenho visual” (Melo, 2016, s.p), no caso da perda total da visão (cegueira), esta pode ser congênita ou adquirida.

Conforme exposto na tabela 2, o número de matrículas de alunos com baixa visão tem sido maior em relação ao número de estudantes com cegueira. Os dados apresentados evidenciam que nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em 2011, o número de matrículas de estudantes com cegueira apresentou um alto crescimento em relação aos anos de 2009 e 2010. Ocorre que, nos anos seguintes, de 2011 a 2018, esse número foi reduzindo. Por outro lado, nos anos finais do Ensino Fundamental, os anos de 2012, 2016 e 2017 apresentam maior número de matrículas de estudantes com cegueira.

Com relação ao número de matrículas de alunos com baixa visão, podemos perceber um aumento significativo, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Nos anos iniciais, esse crescimento tem sido mais discreto, enquanto nos anos finais, esse número de matrículas é sempre maior, apresentando um aumento mais significativo (de 20,28%) no ano de 2018.

Em 2011, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, registrou-se o maior número de matrículas de estudantes com baixa visão no estado do Espírito Santo. Nos anos seguintes, esse número vem apresentando uma oscilação.

Considerando os propósitos de nossa investigação, no próximo item focalizaremos os dados relativos ao fluxo de matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial

*A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental:
inquietações e desejos*

matriculados em escolas estaduais de Educação Básica, localizadas no município de Vila Velha/ES.

**5 Indicadores educacionais da Educação Especial no município de Vila Velha/ES:
potências e desafios**

A cidade de Vila Velha está localizada no litoral do estado do Espírito Santo, na Região Sudeste do país. Pertence à Região Metropolitana de Vitória e ocupa uma área de 209,965 km², sendo que 54,57 km² estão em perímetro urbano. De acordo com dados do IBGE de 2018, o município de Vila Velha contava com aproximadamente 486.208 habitantes, o que o caracteriza como o município mais populoso do estado, atrás apenas de Serra.

Apresenta uma temperatura anual de 24,7 graus celsius e sua vegetação predominante pertence à Mata Atlântica. Em Vila Velha, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,8, considerado muito elevado em relação à média brasileira, sendo o segundo maior de todo o estado.

O município destacado também foi a capital do Espírito Santo até meados do século XVI. Nesse sentido, Vila Velha se configura como a cidade mais antiga do estado, possuindo várias construções históricas, sendo elas a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Forte de São Francisco Xavier de Piratininga, o Farol de Santa Luzia e o Convento da Penha, sendo esse um dos principais pontos turísticos do Espírito Santo, construído entre os séculos XVI e XVII.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Educação do estado do Espírito Santo – Sedu, o município de Vila Velha conta com 102 escolas municipais, 29 escolas estaduais, 01 escola federal e 135 escolas privadas. Dessas 29 escolas estaduais, apenas 01 escola é considerada como escola rural e oferta EJA. De acordo com dados, 06 escolas ofertam o Ensino Fundamental nos anos iniciais, 01 os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, 02 somente os anos finais do Ensino Fundamental, 08 os anos finais e o Ensino Médio, 02 as três etapas de ensino e 09 apenas o Ensino Médio.

Nos anos recentes, principalmente em 2018, as escolas estaduais de Educação Básica localizadas no município contaram com o total de 17.986 matrículas de estudantes, incluindo a EJA. Do total de matrículas recebidas, 427 compõem a população de estudantes público-alvo da Educação Especial.

Destacando esses sujeitos, a tabela 3 nos permite visualizar o fluxo total de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial em escolas estaduais de Educação Básica localizadas em Vila Velha, no período de 2009 a 2018.

Tabela 3: Número total de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial no município de Vila Velha - Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ed. Infantil	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E.F. Anos Iniciais	52	48	51	37	26	29	58	64	55	39
E.F. Anos Finais	5	26	32	49	30	33	38	37	65	79
EJA (Todas as etapas de ensino)	34	14	10	12	15	12	6	8	31	46

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela 3 evidenciam que no município de Vila Velha a educação de crianças (especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental) concentra o maior quantitativo de matrículas – 860 no total. Já nos anos finais dessa etapa de ensino, podemos perceber uma queda no número de matrículas entre 2013 e 2014 e um significativo aumento nos anos de 2017 e 2018.

Situação semelhante pode ser notada no contexto da EJA que apresentou uma redução de matrículas em 2010. Registra-se que a taxa de matrículas nessa modalidade se manteve entre os anos de 2011 e 2014, voltando a reduzir no período de 2015 e 2016.

Os dados aqui apresentados expressam a centralidade assumida pelo poder público no que se refere a garantia de direito de todos à educação, sejam eles alunos com ou sem deficiência.

O cotejamento dos dados do município de Vila Velha nos permite observar a educação das crianças mais novas como uma etapa com maior número de matrículas no decorrer dos anos, embora possamos notar certa oscilação nesses dados, principalmente, nos anos de 2012 e 2013.

No mesmo município, percebe-se um número significativo de matrículas de alunos com baixa visão nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente em 2010 e 2011. Acreditamos que a baixa incidência no número de matrículas dessa população deve-se ao processo de municipalização ocorrido no estado. Esse processo pode ter impulsionado a efetivação de matrículas de alunos com baixa visão e cegueira nas escolas municipais de Vila

A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

Velha. Esse cenário é evidenciado na tabela 4 que apresenta as matrículas de alunos com deficiência visual em escolas públicas de Educação Básica do sistema estadual de ensino do ano de 2009 a 2018.

Tabela 4: Número total de matrículas de alunos Deficientes Visuais (cegueira e baixa visão) no município de Vila Velha - Rede Estadual dos anos de 2009 a 2018.

Etapa/Modalidade de Escolarização		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ed. Infantil	Cegueira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E.F. Anos Iniciais		1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
E.F. Anos Finais		1	2	2	—	—	—	—	—	—	—
EJA (todas as etapas de ensino)		2	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Ed. Infantil	Baixa Visão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
E.F. Anos Iniciais		6	26	15	2	2	—	—	—	3	3
E.F. Anos Finais		1	5	3	2	1	1	2	—	3	5
EJA (todas as etapas de ensino)		3	1	—	—	—	—	—	1	3	5

Fonte: Fonte: MEC/Inep Censo Escolar da Educação Básica, microdados, elaboração própria.

Os dados da tabela 4 evidenciam que no município de Vila Velha o número de alunos com deficiência visual é bastante significativo, especialmente no ano de 2010, embora sofra uma redução no ano de 2011. Essa redução nos chama a atenção, principalmente quando olhamos para os anos de 2014 a 2016, em que não aparece nenhuma matrícula de alunos com cegueira e/ou com baixa visão. O quadro muda apenas no ano de 2018, quando notamos a efetivação de 02 matrículas de alunos com cegueira, sendo 01 matrícula nos anos finais do Ensino Fundamental e 01 na EJA.

6 Resultados e discussões

Os dados sistematizados nas tabelas 01, 02, 03 e 04, em diálogo com a literatura, impulsionam o debate sobre importantes questões relativas à materialização das políticas de inclusão escolar no contexto da educação de crianças com deficiência visual matriculadas nos

anos iniciais do Ensino Fundamental. Considerando os propósitos deste trabalho, destacamos duas questões mais específicas.

A primeira diz respeito à efetividade de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino comum. No debate sobre essa questão, vale considerar os desdobramentos políticos e sociais decorrentes dos avanços na melhoria da saúde, da educação e do bem-estar da criança. Embora ainda marcada por desigualdades sociais e econômicas, essas melhorias vêm atingindo, de diferentes formas e intensidade, indivíduos e grupos, delineando outras faces do processo de crescer em nossas sociedades recentes.

É nesse sentido que novos modos de conceber a infância e a Educação da criança vem ganhando a cena social. Observamos que, na geração atual, um número cada vez maior de pessoas vislumbram processos sociais mais inclusivos, fundamentados numa expectativa de que todos podem e devem usufruir de um conjunto de direitos sociais, entre eles, o direito à escolarização.

Apoiados em Elias (1994), compreendemos que a (re)invenção da infância em cada grupo e em cada momento constitui parte de outras mudanças e transformações sociais e históricas em curso. Acreditamos que “[...] os problemas psicológicos de indivíduos que crescem não podem ser compreendidos, se forem considerados como se desenvolvendo uniformemente em todas as épocas históricas (Elias, 1994, p.182)”, independentemente das relações estabelecidas entre crianças e adultos, especialmente quando tratamos do contexto da infância.

Assumindo essa compreensão, observamos que os temas relacionados à Sociologia da Infância vêm alcançando destaque em estudos na área da educação e, em especial, na área da Educação Infantil. Analisando questões relativas à constituição sócio-histórica da infância, Abramowicz (2018) ressalta a pluralidade de concepções que se ocupam de caracterizar e conceituar a infância. Em nossos estudos, vimos assumindo a concepção de infância como processo histórico-cultural localizado na primeira década da vida humana (Sarat, 2012). Entendemos que esta etapa se realiza de diferentes formas, devendo, portanto, ser compreendida como uma variável sociológica que abarca uma diversidade de aspectos relativos à classe social, à identidade de gênero e ao pertencimento étnico-racial.

Nessa direção, é possível dizer que se a humanidade é marcada historicamente por diferentes concepções de infância e que ela se realiza de diferentes formas nos distintos contextos, a concepção de deficiência como construção social, também evidencia essa

*A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental:
inquietações e desejos*

peculiaridade. De fato, se a história da infância precisa ser compreendida e estudada no fluxo mais amplo que narra a história da humanidade, a Educação para a criança com deficiência tampouco pode ser pensada fora e independente dessa mesma história. Nesse sentido, em cada grupo social ou contexto específico, as atitudes dos adultos em buscar soluções para garantir a educação da criança com deficiência nos revelam muito sobre a dinâmica social e sobre o modo como a infância se realiza nesse processo.

Considerando a desigualdade social e econômica como princípio basilar da vida nessas sociedades industrializadas, tornar-se um “adulto produtivo” é uma tarefa complexa e desafiadora, não somente para o próprio indivíduo, mas também para as instituições sociais encarregadas dessa tarefa. Aqui reside uma importante questão: se os desdobramentos políticos e sociais decorrentes dos avanços na melhoria da saúde, da educação e do bem-estar da criança vêm possibilitando a ampliação de sua entrada mais cedo na escola, como está sendo feita sua permanência? O contínuo de atividades (de saúde, de assistência, de transporte etc.) também se prolonga no curso de sua vida e de seu desenvolvimento? Ou cessam e, paulatinamente, a inclusão social dessas crianças vai restringindo-se ao fazer docente?

Na nossa compreensão, a efetividade de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme nos revelam os dados que sistematizamos, precisam provocar debates mais profundos sobre essas indagações. No bojo desses debates, registramos a importância de se considerar (e de tematizar) as implicações da política orçamentária na garantia dos direitos sociais de crianças com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/superdotação.

Mirando tal perspectiva, o orçamento público destinado à garantia dos direitos sociais contribui para/no delineamento das lógicas de ensinar e de aprender na escola “universalizada”. Afinal, entre outras questões, é a partir do orçamento público que o Estado pode garantir o contínuo de atividades (de saúde, de assistência, de transporte etc.) para as crianças, bem como remuneração, formação e qualificação profissional para os docentes e outros profissionais que atuam no processo formativo-educativo dessas crianças.

Articulada a esses apontamentos, a segunda questão suscitada pelo trabalho investigativo que desenvolvemos refere-se à importância da sistematização e da análise de

informações sobre a real demanda de estudantes com deficiência, entre esses, os estudantes com deficiência visual. Vislumbramos aqui, por exemplo, a potência da sistematização de informações qualitativas e quantitativas em âmbito local sobre a realidade econômica e social dessas crianças.

Ao assumir a premissa de que a finalidade da prática educativa escolar é a apropriação dos conhecimentos sociais pelos estudantes, vale observar que nem sempre estes recebem os mesmos recursos, tempo e condições de aprendizagem. Assim, argumentamos que as diferentes necessidades e demandas dos estudantes precisam se constituir em balizadoras da disponibilização de recursos, de materiais, bem como para a localização de outros profissionais nas unidades de ensino pelas secretarias municipais de educação. A esse respeito, os dados estatísticos locais e gerais podem contribuir significativamente para/na a implementação de políticas que objetivem qualificar as condições da oferta escolar para as crianças pequenas.

No campo da deficiência visual, esses recursos, tempos e condição de permanência desses sujeitos é algo importante a ser destacado, tendo em vista que, muitas vezes, o trabalho educativo desenvolvido com essas crianças demanda a aquisição e disponibilização de materiais e de aparatos específicos, sejam eles, a utilização do Sistema Braille, de fontes materiais didáticas ampliadas, materiais grafotáteis (reproduzidos em alto relevo, em película transparente de PVC etc.) bem como a elaboração de estratégias metodológicas que qualifiquem a dinâmica de ensinar e de aprender, garantindo a apropriação do conhecimento escolar por estudantes com deficiência visual.

Ao comentar sobre a dinâmica de ensinar e aprender vivida em escolas que contam com a matrícula de estudantes com deficiência visual, Camargo e Nardi (2010) enfatizam a importância do uso de diferentes estratégias voltadas para a superação dos múltiplos desafios vividos por esses estudantes. No debate que desenvolvem, Camargo e Nardi (2010, p. 379) destacam três aspectos que consideram centrais para materializar a inclusão escolar, quais sejam:

[...] aceitação da pessoa com deficiência no ambiente educacional; adequação do ambiente educacional às características de todos os seus participantes; adequação, mediante o fornecimento de condições, dos participantes do ambiente às características do mesmo (Camargo; Nardi, 2010, p. 379).

A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

Na compreensão desses autores, o espaço escolar e a pessoa com deficiência se formam num processo “bilateral”, no qual os dois em parceria buscam, a partir das relações de interdependência, “[...] equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (Camargo; Nardi, 2007, p. 379).

No que diz respeito a deficiência visual, Laplane e Batista (2008) ressaltam que as crianças nessa condição se desenvolvem de maneira diferente umas das outras. Algumas terão autonomia em suas tarefas e outras terão que aprender a desenvolver estratégias para atingir essa autonomia. Algumas poderão ter dificuldades na realização de tarefas escolares e outras irão desempenhar essa função com mais facilidade. Algumas necessitarão de materiais táteis enquanto outras irão preferir e demandar a utilização de materiais auditivos. É no bojo desse processo que é preciso “[...] levar em conta, de forma abrangente e dinâmica, os múltiplos aspectos envolvidos no processo de escolarização” dessas crianças (Laplane; Bastista, 2008, p. 219).

Na nossa compreensão, considerar a dinâmica de ensinar e aprender como um movimento complexo pode colaborar na/para qualificação dos processos de apropriação dos conhecimentos escolares por crianças com deficiência visual. Esse aspecto nos permite compreender que para a atuação com essas crianças, os professores necessitam ser, eles próprios, considerados partícipes diretos na construção e na condução de processos inclusivos escolares. Decorre daí a pertinência de debates e estudos que nos ajudem a refletir e encaminhar questões relativas à dinâmica de trabalho do professor em classe de ensino comum que conta com a matrícula de crianças com deficiência visual.

7 Considerações finais

Em nossa investigação, buscamos problematizar a dinâmica de inclusão escolar de crianças com deficiência visual por meio dos dados estatísticos relativos ao fluxo total de matrículas dessa população em escolas estaduais de Educação Básica, pertencentes ao sistema estadual de ensino, localizadas no município de Vila Velha/ES.

Este trabalho investigativo nos propiciou trazer para o debate, de maneira mais sistemática, questões relativas ao processo de materialização das políticas públicas na garantia do direito à educação dessas crianças, particularmente aquelas que constituem o público-alvo da Educação Especial.

Esta investigação também evidenciou a pertinência de atentarmos para a identificação quantitativa e qualitativa de crianças pequenas com diagnóstico de deficiência visual e de outras deficiências matriculadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, reconhecendo essa ação como importante dispositivo para a produção de políticas que atendam suas necessidades e especificidades, desde a primeira etapa de escolarização.

Amparados nos constructos eliasianos, entendemos que a infância não pode ser compreendida como um período da vida sem história e sem experiências individuais e sociais. De nossa perspectiva, a infância se realiza, em grande medida, no fluxo das tensões, das preocupações e das expectativas que a geração adulta evidencia em relação ao desenvolvimento do sujeito criança.

Decorre daí a importância das relações estabelecidas entre os adultos, fundamentalmente, o equilíbrio de poder entre indivíduos e grupos nos espaços de elaboração de políticas públicas destinadas às crianças pequenas. Nesses espaços, há que se problematizar, sistematicamente, a concepção de infância e de deficiência que vem orientando o trabalho educativo realizado.

Finalmente, considerando a perspectiva inclusiva anunciada nas políticas educacionais implementadas em território capixaba, os dados que sistematizamos nos mostram que a administração pública no estado do Espírito Santo possui pela frente importantes desafios. Dentre eles, pode-se destacar a focalização nos processos educativo-formativos vividos nos anos iniciais do Ensino Fundamental por estudantes público-alvo da Educação Especial, tendo em vista a garantia do prosseguimento de sua escolarização.

Outro ponto a ser evidenciado, a partir dos dados apresentados, diz respeito a presença dos estudantes público-alvo da Educação Especial, particularmente, de estudantes com deficiência visual nas escolas estaduais do estado do Espírito Santo localizadas no município de Vila Velha. Os resultados indicaram que esses alunos estão presentes nas escolas e que o número de matrículas cresceu nos últimos 10 anos. Esse cenário evidencia que o direito a educação dessas crianças tem sido garantido como prevê a legislação.

Como ponto fundamental desse estudo e analisando o fluxo histórico desses dados, observamos que a dinâmica de acesso e de permanência dos alunos no contexto escolar precisa ser cada vez mais problematizada e, diante do exposto, evidenciamos que para que esses alunos tenham assegurados seus direitos de escolarização, é preciso um olhar sistemático sobre as condições objetivas do profissional que irá atuar com essas crianças. A

A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

falta de recursos adequados disponibilizados para a atuação com esses alunos, bem como uma melhor adequação dos espaços físicos e a formação docente, são algumas dessas condições que precisam ser reconfiguradas para que a ação desse profissional possa garantir melhor qualidade na/para educação ofertada.

Contudo, é importante destacar que a criança com deficiência visual dispõe de outros sentidos que podem auxiliar em seu processo de apropriação dos conhecimentos trabalhados em sala de aula. Nesse aspecto, o professor deve ser um mediador positivo, levando em conta outras/novas opções que propicie a aprendizagem dessas crianças, objetivando sempre uma educação realmente inclusiva, dialógica, autônoma, voltada para a libertação e valorização da diversidade e das inúmeras potencialidades que essas especificidades trazem.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. **Contemporânea**, v. 8, n. 2 p. 371-383. Jul./Dez., 2018.

ANJOS, Chistiano Felix dos. **Realidades em contato: construindo uma interface entre a educação especial e a educação do campo**. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

BARBOSA, Sergio Servulo Ribeiro. Esporte e Emoção: contribuições da teoria de Norbert Elias para a compreensão desses fenômenos. **ANAIS DO 7º Simpósio Internacional Processo Civilizador: História, Civilização e Educação**. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm#art4iii. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 024.

BRASIL. **Lei nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Altera a emenda da Constituição Federal no artigo 208. Brasília: Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Edições. 11 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica – 2010 - 2018**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. 2008. Disponível em: http://http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

CAMARGO, Eder Pires de; NARDI, Roberto. Planejamento de atividades de ensino de física para alunos com deficiência visual: dificuldades e alternativas. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.6, p.378-401, 2007.

CÔCO, Valdete; et al. O Plano nacional de educação: desafios no campo da educação infantil. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 37, p. 77-92, Mai./Ago., 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento? **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 124-145, Jan./Dez., 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LAPLANE, Adriana Friszman de; BATISTA, Cecília Guarneiri. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. **Cadernos CEDES (Impresso)**, v. 28, p. 209-227, 2008.

MELO, Douglas Christian Ferrari. Quem sou eu? - A formação da identidade da pessoa com baixa visão e como o professor pode ajudar neste processo. In: MAZEZONI, Andressa, GOMES, Vitor. (org.). **Diálogos com professores: práticas e reflexões sobre a inclusão escolar**. 1. ed. Vitória: Edufes, 2016, v. p. 19-40.

SARAT, Magda. A infância e a formação civilizada do indivíduo em Norbert Elias. In: XIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES: CIVILIZAÇÃO, FRONTEIRAS E DIVERSIDADE E V SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO E PROCESSO CIVILIZADOR. **Anais do XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: civilização, fronteiras e diversidade e V Seminário do grupo de pesquisa Educação e Processo Civilizador**. Dourados/MS: Edufgd, v. 1, 2012.

A inclusão escolar de crianças com deficiência visual nos anos iniciais do ensino fundamental: inquietações e desejos

SOBRINHO, Reginaldo Celio. **A relação família e escola a partir da processualidade de um fórum de famílias de alunos com deficiência: contribuições de Norbert Elias**. 2009. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

WEILER, Vera. El problema del desarrollo em la psicología hasta 1940 em relación com el pensamiento de Norbert Elias. In: WEILER, Vera; ZABLUDOVSKY, Gina; GERBARRA, Ademir; OESTERDIEKHOF, Georg; BENNINGHOFF, Federico; IBARRA, Laura. **Norbert Elias y el problema del desarrollo humano**. Bogotá, D.C. 2011.

Sobre os autores

Claudiana Raymundo dos Anjos

Graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2015), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2020), Doutoranda em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo na linha de pesquisa Educação Especial e Processos Inclusivos. Integrante do Grupo de Pesquisa "Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: Contextos e Processos Sociais".

Email: claudianaanjos.profe@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1885-1738>

Reginaldo Célio Sobrinho

Professor Associado do Departamento de "Educação política e Sociedade". Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (2020-2024). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/Ufes, linha de pesquisa "Educação Especial e processos inclusivos". Graduado em Pedagogia com habilitação em Educação Especial (Ufes, 1998), mestre em Educação (2004) e doutor em Educação (2009) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Ufes). Pós-Doutorado em Educação, pela Universidade Federal da Grande Dourados/MS (UFGD).

Email: reginaldo.celio@ufes.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4209-2391>

Christiano Felix dos Anjos

Graduação em pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2016), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor Colaborador das Ações Inclusivas no município de Cariacica Espírito Santo. Integrante do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa "Educação Especial: formação de profissionais, práticas pedagógicas e políticas de inclusão escolar".

Email: avitima@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3176-9667>

Recebido em: 28/02/2024

Aceito para publicação em: 28/11/2024